

SOBRE PIONEIROS E MOVIMENTOS INSTITUINTES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA⁷

ABOUT PIONEERS AND INSTITUTING MOVEMENTS IN BRAZILIAN EDUCATION

Libânia Nacif Xavier⁸

Resumo: O artigo aborda as proximidades existentes entre o ideário republicano e as concepções e experiências que caracterizaram o movimento liderado pelos *pioneiros da educação nova*, no Brasil do século XX. São três os eixos orientadores, a saber: O primeiro destaca a relação entre o movimento da escola nova e os indivíduos a este filiados com a organização da educação pública e com a instituição de uma educação democrática em nosso país; o segundo eixo examina, ainda que brevemente, os princípios, práticas e instituições criadas por duas lideranças do movimento da educação nova: Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira; o terceiro procura analisar o legado instituinte destas lideranças e deste movimento no contexto contemporâneo.

Palavras-chave: Pioneiros da educação nova. Movimentos instituintes. Educação brasileira.

Abstract: Abstract: The article discusses the proximity between the republican ideals and the conceptions and experiences that characterized the movement led by the pioneers of new education, in Brazil in the 20th century. There are three guiding axes, namely: The first highlights the relationship between the new school movement and the individuals affiliated to it with the organization of public education and with the institution of a democratic education in our country; the second axis examines, albeit briefly, the principles, practices and institutions created by two leaders of the new education movement: Fernando de Azevedo and Anísio Teixeira; the third seeks to analyze the founding legacy of these leaders and this movement in the contemporary context.

Keywords: Pioneers of new education. Instituting movements. Brazilian education.

⁸ Professora Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. libanianacif@gmail.com; https://orcid.org/0000-0003-4422-2118



Revista Aleph, Niterói, Julho, 2023, nº 40, p. 17-31 ISSN 1807-6211

⁷ O artigo articula os resultados de várias pesquisas já realizadas, com vistas a desenvolver a reflexão proposta no título. Contou com apoio do CNPq, através da bolsa de produtividade em pesquisa.



SOBRE PIONEIROS E MOVIMENTOS INSTITUINTES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

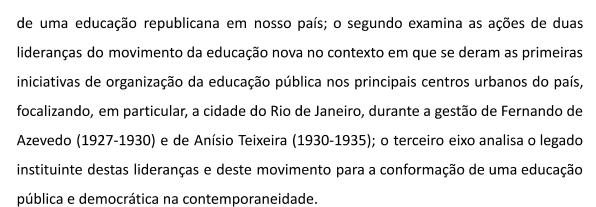
O termo pioneiros se aproxima da ideia de vanguarda, pessoas que estiveram à frente das ideias e práticas usuais em seu tempo. Aplicado à educação, o termo pioneiros da educação nova reforça o simbolismo que envolveu as ações de renovação do ensino e as políticas educacionais que tiveram curso no século XX. Este tema tem sido objeto de minhas pesquisas, por meio das quais desenvolvi a reflexão a respeito do movimento da escola nova e de sua estreita relação com as bandeiras republicana e democrática. Tais questões permanecem como tema de pesquisa e problemática para a reflexão sobre a educação brasileira, tanto no passado quanto no presente.

O interesse por entender o movimento da escola nova em escala internacional me levou a buscar nexos e aproximações entre o movimento de renovação educacional brasileiro e o português. Hoje, temos uma extensa rede de pesquisadores que estudam ou estudaram o movimento em diferentes regiões do Brasil, estabelecendo diálogos com estudiosos dos continentes europeu e americano. Ademais, contamos também com linhas de estudo que abordaram a participação de mulheres nesse movimento, enquanto outros estudos abordaram a apropriação de métodos e instrumentos de ensino propostos pelos pioneiros por educadores católicos, entre outras questões que o tema suscita. Resolvi introduzir o texto com esta digressão, justamente para destacar o quanto esse movimento se faz instituinte de um profícuo campo de reflexões sobre a história da educação brasileira.

O presente artigo explora as proximidades existentes entre o ideário republicano e as concepções e experiências que caracterizaram o movimento da educação nova, no Brasil. Este constituiu expressão de um conjunto de experiências educativas levadas a efeito em diferentes países do mundo ocidental, configurando um movimento internacional que teve presença marcante no cenário intelectual do início do século XX e permaneceu inspirando diferentes projetos de experimentação pedagógica que contemplam a articulação da escola e do ensino com os problemas candentes da sociedade.

São três os eixos que orientam o artigo: O primeiro aborda a relação entre o movimento da escola nova, bem como dos indivíduos a este filiados, com a instituição





Os pioneiros e a instituição da escola republicana

A relação entre a educação e a democracia é, assim, algo essencial, constituindo os dois processos, na realidade um só e único processo, podendo-se admitir que o grau de democracia em qualquer comunidade se medirá pelo grau de educação que se houver atingido (Anísio Teixeira, 1956).

A epígrafe que abre esta seção expressa uma certeza e, ao mesmo tempo, uma crença partilhada por Anísio Teixeira. A certeza é racional, na medida em que se explicita na vasta produção escrita do autor e se ancora na convicção de que a democracia demanda a educação dos sentidos e o enquadramento civilizatório de todos. Mas a crença, esta é quase religiosa! A crença que moveu Anísio Teixeira ao longo de sua densa trajetória como intelectual público se assenta na confiança de que a escola pública é, de acordo com suas próprias palavras, uma máquina de fazer democracia. Assim, a fé nas virtualidades democráticas da escola pública, associada à convicção de que seu papel é crucial para a concretização dos ideais democráticos, alimentou o seu ímpeto educador, a sua verve renovadora e a sua capacidade de liderança, em diferentes momentos de sua trajetória profissional. A imbricação entre certeza e fé na educação pública permanece, ainda hoje, recebendo a adesão de muitos profissionais que se dedicam à educação e ao ensino em suas mais variadas frentes. Ainda bem!

Como sabemos, o debate sobre a educação pública no Brasil antecedeu a implantação do regime republicano já que, nos países europeus, a escola é coetânea do processo de formação e consolidação dos Estados Nacionais e, portanto, da sociedade moderna / capitalista. Nesse contexto, a necessidade de enquadramento





escolar a todos emergiu em decorrência das transformações políticas e econômicas que marcaram a história europeia, inscrevendo nos diversos contextos nacionais um dado modelo escolar que logo foi difundido em nível mundial, em vista da posição hegemônica dos países do continente europeu. Conforme observou Nóvoa (1993), para que o modelo escolar então erigido alcançasse a estabilidade e a permanência que o caracterizam, ainda, hoje, foi necessária a estruturação de uma tripla base, ancorada no reforço da responsabilidade do Estado para com a educação do povo; na afirmação e reconhecimento do magistério como grupo profissional; na produção de racionalidades aplicadas ao ensino e ao funcionamento do sistema escolar, em simultâneo a um movimento de legitimação científica da pedagogia, entendida como componente das ciências humanas e sociais.

Como consequência, se fixou um modelo padronizado de escola por meio da articulação de técnicas de homogeneização das normas de funcionamento e das metodologias de ensino que, rapidamente se generalizaram. Tais processos instituintes contaram, para além de uma racionalidade organizativa, também com a imposição de regras rígidas de comportamento a professores e alunos. E foi contra esse modelo padronizado e naturalizado (pelas e nas escolas) que o movimento da escola nova definiu as suas bandeiras e os seus programas de ação. Este se definiu, assim, por oposição à escola tradicional. Nessa perspectiva, defendeu uma escola alternativa, atenta às características individuais de seus alunos e, ao mesmo tempo, aberta às questões presentes no meio social circundante. Tais propósitos incidiram sobre a configuração dos conteúdos ensinados, bem como sobre as atividades didáticas, propugnando métodos ativos de aprendizagem, desenvolvidos individual e coletivamente, e se beneficiando dos avanços alcançados pelas ciências.

No Brasil, a Proclamação da República, em 1889, aprofundou as transformações já em curso na segunda metade do século XIX e que se faziam sentir nos esforços de modernização urbana, assim como na construção dos primeiros prédios escolares por iniciativa do Governo Monárquico, mesmo que não totalmente subsidiado por verba pública ou fazendo parte de uma política definida para o setor. Foi a partir do advento da República que a preocupação com a materialidade da educação pública se concretizou nas reformas educacionais nos estados, culminando



com a criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1931, ou seja, com a organização do sistema de ensino em nível nacional. Por seu turno, a separação entre Igreja e Estado, paralelamente à expansão do movimento da educação nova, exerceu forte influência sobre a formulação de uma concepção acerca do papel da educação como instrumento de democratização da sociedade. A escola laica se colocou então como garantia de construção da escola comum ou única, acessível a todos.

No âmbito da organização política, a República estabeleceu o Governo Constitucional e representativo, apoiado no voto universal, masculino e alfabetizado. Tal imperativo colocado em um país como o Brasil, de base rural e fundado em uma economia escravista, com uma população de maioria analfabeta teve desdobramentos nas campanhas cívicas e nacionalistas, dentre as quais se destacaram as campanhas de combate ao analfabetismo, descrito por uns como vergonha nacional e considerado por outros como um impeditivo à participação popular nas eleições e, portanto, como obstáculo à plena efetivação do ideal republicano. Ao lado da preocupação com o analfabetismo, a educação elementar e, depois, a escola primária de caráter popular ocupou as atenções dos intelectuais e políticos republicanos que atuaram nas primeiras décadas do século XX.

Com a formação da Liga Internacional da Educação Nova e de associações nacionais similares no Brasil e em diferentes países tornou-se possível ampliar as potencialidades deste movimento. Contribuíram, também, para a vitalidade do debate sobre o ensino a participação em congressos regionais, nacionais e internacionais; a circulação de impressos pedagógicos de diferentes procedências; a realização de viagens oficiais assim como as ações dos gestores filiados ao movimento renovador com a criação de escolas experimentais; universidades alternativas; centros de pesquisa pedagógica e das demais áreas das ciências humanas e sociais. Em resumo, há que se observar a adoção de um amplo rol de políticas inovadoras e de iniciativas pertinentes aos princípios e objetivos do movimento, ao longo de todo o século XX⁹.

⁹ No Brasil, a Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 1924, desempenhou o papel de propulsora do debate educacional, congregando as diversas correntes pedagógicas existentes, inclusive os educadores filiados ao movimento da educação nova. Na década de 1950, a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais com seus Centros Regionais de Pesquisa representou grande incentivo para o desenvolvimento e interiorização da pesquisa no âmbito das ciências sociais e da educação.





Outro aspecto que nos interessa destacar acerca deste movimento é justamente o propósito de refundar a educação e a escola com base na construção de uma nova forma de participação do professor e do aluno, bem como do papel da educação na sociedade. Consoante um modelo de sociedade e de cidadão que atende às demandas da sociedade moderna em processo de expansão, a Educação Nova abraçou as bandeiras republicanas fundadas na defesa da laicidade do Estado e da Escola; na participação ativa dos cidadãos nos processos políticos, inclusive nos processos eleitorais; na responsabilidade do Estado para com a universalização do ensino e a inclusão de todos os cidadãos no universo da cultura letrada; aliados a uma promessa de progresso social gradual proporcionada pela difusão do pensamento racional por meio das instituições de ensino. Mas, isto não quer dizer que os pioneiros não tenham se utilizado de acordos e mediações com atores e práticas tradicionais (ou conservadoras), visando alcançar seus objetivos. Também não significa que os seus princípios pedagógicos, assim como as suas experiências e modelos institucionais sejam inquestionáveis e tenham alcançado continuidade e estabilidade plenas, a despeito de sua força instituinte.

As estratégias discursivas presentes no texto do manifesto de 1932 expressam o intuito de legitimar as credenciais do grupo de signatários, que se apresentaram como os mais preparados para ocupar posições de liderança na burocracia estatal com vistas a liderar a promoção da almejada renovação do ensino. Daí, a auto atribuição do título de pioneiros da educação nova. Assim, eles se apresentaram como um grupo de profissionais habilitados para a tarefa proposta, com suas formações profissionais, suas experiências em diferentes postos ligados ao ensino e à administração pública e com suas adesões à causa educacional.

Adiante, vamos analisar a diversidade de experiências que impulsionaram o movimento, bem como a pluralidade de indivíduos abrigados no termo pioneiros da educação nova. Além disso, vamos sublinhar as particularidades que marcaram a ação instituinte de duas de suas principais lideranças: Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira.

Os Pioneiros da educação nova e suas lideranças





SOBRE PIONEIROS E MOVIMENTOS INSTITUINTES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Para a escola progressiva as matérias são a própria vida, distribuídas por centros de interesse e ou projetos. Estudo é o esforço para resolver um problema ou executar um projeto. Ensinar é guiar o aluno na sua atividade e dar-lhe os recursos que a experiência humana já obteve para lhe facilitar e economizar esforços (Anísio Teixeira, 2000).

O conteúdo da epígrafe que abre esta seção dá o tom da mudança de perspectiva que marca a oposição entre a escola e o ensino tradicionais e a educação renovada, propugnada pelos pioneiros. Ainda assim, este conteúdo, aparentemente consensual, pode não ter sido plenamente acatado por todos aqueles que se identificaram e/ ou foram reconhecidos como pioneiros da educação nova. Isto, porque o grupo reuniu indivíduos com perfis e concepções diversas sobre as questões educacionais e os problemas nacionais. Membros de uma restrita elite letrada, muitos possuíam formação católica, ainda que defendessem o ensino laico. Alguns, como Fernando de Azevedo, comungavam a ideia de que a formação das elites era o ponto central da renovação educacional pretendida, entendendo que seria por meio do ensino superior e da formação de elites esclarecidas e aptas para assumirem postos de comando que se dariam as mudanças que o Brasil necessitava para o seu desenvolvimento. Outros, como Anísio Teixeira, estavam mais interessados em ampliar a escolarização primária, defendendo a expansão e abertura de vagas a toda a população, proporcionando uma escola única e uma educação comum, isto é, igual para todos. As filiações partidárias também eram variadas, tendo em Paschoal Leme o único signatário que se declarou militante comunista. Havia signatários com perfis gestores, outros eram ligados à literatura, à psicologia infantil, ensino superior ou à educação de adultos, ao jornalismo e a programas de rádio, entre outras atividades. Apenas três mulheres assinaram o Manifesto de 1932 e, por isso, merecem ser mencionadas. Foram elas Armanda Álvaro Alberto, Cecília Meireles e Noemi da Silveira Rudolfer. O elo que uniu toda essa diversidade de indivíduos convergiu para a preocupação em intervir nos rumos políticos do país, focalizando na educação do povo como centro em torno do qual gravitaram suas afinidades e contribuições.





Ainda que o grupo seja amplo e tenha recebido adesões de novas gerações, ¹⁰ nós vamos destacar as contribuições de apenas duas de suas lideranças: Fernando de Azevedo (1894-1974) e Anísio Teixeira (1900-1971). Ambos atuaram em instituições e redes de sociabilidade nacionais, circulando também em âmbito internacional. Ambos tiveram formação jesuítica e se formaram bacharéis em Direito. Nos primeiros anos republicanos, eles dirigiram reformas de ensino em estados como Bahia (Anísio Teixeira), Rio de Janeiro (ambos) e São Paulo (Fernando de Azevedo). Além disso, tiveram atuação incisiva na configuração de uma legislação específica para a educação, bem como nos esforços de aproximar a reflexão sobre a questão educacional aos parâmetros científicos válidos naquele contexto.

A experiência de Fernando de Azevedo como diretor da Instrução Pública no Rio de Janeiro, à época Distrito Federal (1927 – 1930) se apoiou em um plano de reforma que colocou em foco os três princípios fundamentais com base nos quais ele pretendia conformar o sistema de ensino: o princípio da comunidade (autonomia do sujeito, integração ativa na comunidade); o princípio da escola única (escola cidadã, de formação integral, aberta e igual para todos) e o princípio da escola do trabalho (calcada na experiência do aluno e nos métodos ativos). Em relação ao currículo das escolas primárias, Azevedo (1934, p. 23) defendeu substituir a divisão tradicional dos programas em matérias isoladas pela repartição em complexos agrupados em três grandes seções: a natureza, o trabalho e a sociedade. ¹¹

Ele atribuiu importância à formação do magistério, acrescentando que todo sistema de educação dependia, antes de qualquer inovação administrativa, da capacidade dos professores de aplicá-las. Preocupado em reforçar a profissionalização do magistério, ele expressou a compreensão de que a Escola Normal da Capital devia ser reestruturada como um centro de estudos e pesquisas pedagógicas, que permitisse aos professores evoluírem em um contínuo aperfeiçoamento. A construção do imponente prédio destinado a abrigar a nova escola normal do DF, teve início na

¹¹ O livro *Novos Caminhos e Novos Fins: a nova política de educação no Brasil* reúne vários discursos nos quais o autor apresenta e defende os princípios em que se assentou o seu plano de reforma; considera as resistências postas pelo Conselho Municipal (hoje Câmara dos Vereadores e, destaca o apoio que ele recebeu de jornalistas e membros da ABE e responde aos seus críticos.



¹⁰ A adesão de uma nova geração às bandeiras do movimento da escola nova pode ser confirmada pelos nomes que subscrevem o Manifesto *Mais uma vez convocados*, publicado em 1959. Cf: http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/fran/artigos/convocados.html



administração de Azevedo, mas sua organização e funcionamento só se concretizaram na administração seguinte. 12

No entanto, ao realizar concurso público para contratar professores para atuarem na Escola Normal, Azevedo feriu o costume da contratação por indicação política, que era usual à época. 13 Visando estabelecer critérios universais e profissionais para regular o ingresso de professores na carreira, Azevedo reformulou a legislação educacional, entrando em conflito com a Câmara Municipal, que exerceu pesada pressão sobre sua gestão, ameaçando, inclusive a aprovação do orçamento da gestão do Prefeito Antônio da Silva Prado Junior (1926-1930). Com a chamada Revolução de 1930, Fernando de Azevedo foi afastado da Diretoria da Instrução Pública, mas as linhas gerais de seu projeto de reforma tiveram continuidade na gestão de seu sucessor, Anísio Teixeira.

A Reforma Educacional promovida por Anísio Teixeira na cidade do Rio de Janeiro (1930-1935) se destacou pelas medidas tomadas em prol da expansão quantitativa de vagas nas escolas públicas, assim como da elevação da qualidade do ensino. Para atingir esses objetivos, outras medidas foram tomadas, tais como a criação das escolas experimentais, a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF) e a racionalização do aparato administrativo do setor educacional. As cinco escolas experimentais criadas na década de 1930 - Escola Bárbara Otoni, Escola Manuel Bonfim e as Escolas Argentina, Estados Unidos e México - desenvolveram projetos pedagógicos próprios e diferentes entre si. Porém, algumas características comuns podem ser assinaladas.

No que tange à organização do trabalho pedagógico, articularam-se no plano das escolas experimentais as atividades didáticas propriamente ditas, a observação e experimentação teórico-empírica, o debate intelectual e a permanente avaliação e reconstrução da prática docente. Disto, decorre o entendimento de que a capacitação do magistério deveria ser um processo contínuo e ininterrupto, articulado às teorias

¹³ Atualmente, a legislação estabelece que a contratação de professores para atuarem nas redes públicas de ensino deve ser feita por meio de concurso público. No entanto, diferentes formas de contratos temporários têm sido adotadas por Governos e Prefeituras, contrariando esta determinação constitucional e ferindo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade como norteadores da administração pública no Brasil. Cf: Fernandes, s/d.



¹² Trata-se do atual Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), vinculado à Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro (FAETEC) e localizado na Rua Mariz e Barros, no bairro da Tijuca



científicas e à reflexão sobre as práticas pedagógicas em curso. Desse modo, o processo de capacitação se mesclou com a própria rotina de atividades docentes, reforçando a autonomia intelectual do professor ao mesmo tempo em que integrou, na própria organização do trabalho escolar, os fatores imprescindíveis para sua efetivação, como tempo para a realização de estudos e espaço para a discussão teórica dos experimentos realizados. Há que se destacar, por fim, a associação a um programa de intercâmbio profissional, de estágios e demais atividades formadoras, em serviço.

Tal perspectiva foi reforçada com a criação da UDF, instituição de nível superior que, além de formar cientistas em diferentes áreas, atribuiu importância à formação de professores, buscando articular teoria e prática, pesquisa e ensino. Esta experiência inovadora foi efêmera, mas, ainda hoje, apresenta um interessante contraponto com o modelo de universidade em vigor na contemporaneidade, conforme já demonstramos em artigo que aborda o modo pelo qual se deu a articulação entre ensino, pesquisa e formação de professores nesta instituição universitária, criada por Anísio Teixeira em 1935 e extinta em 1939. Como interpretou Fávero (2008) para Anísio Teixeira, a UDF representou o ápice de um projeto integrado de educação, no qual o ensino superior e os demais níveis de ensino se desenvolveriam de modo articulado.

As experiências inovadoras no âmbito da administração educacional, da organização de escolas experimentais e universidades alternativas foram interrompidas no regime do Estado Novo (1937-1945). Anísio foi tachado de comunista e perdeu os postos que ocupava. Porém, ele retornou à cena pública nos anos 1950. Sobre suas ações instituintes nesse período, merece destaque para o interesse deste artigo, a criação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, a Escola Parque. Tratou-se de uma escola organizada em tempo integral para crianças de um bairro popular da cidade de Salvador, o bairro da Liberdade. Ali, se aprimorou a perspectiva de proporcionar, por meio da escola pública, uma formação integral e integrada. As crianças frequentaram a escola-classe, disseminadora dos conhecimentos formais em um turno para, em seguida, se dirigirem para a escola-parque, onde receberiam, no contraturno, a formação artística, física e profissional. Por sua riqueza arquitetônica e pelas artes murais expostas em suas paredes, o conjunto da Escola Parque foi tombado pelo

Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) da Bahia. Pela pertinência e consistência de sua proposta pedagógica, inclusive, a Escola foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como patrimônio cultural da humanidade. Por fim, olhando para a nossa história, cabe ressaltar que esta foi uma experiência pioneira e bem-sucedida de educação integral, no Brasil.

Para finalizar, vamos ensaiar algumas reflexões sobre continuidades e rupturas a partir das experiências destacadas.

Princípios instituintes para a educação contemporânea

Que haverá, já hoje, que nos possa sugerir o que poderá vir a ser a escola de amanhã? (Anísio Teixeira, 1963)

A epígrafe é interessante para a questão proposta no presente dossiê, tendo em vista que ela anuncia uma preocupação para com o futuro da educação. Até que ponto estamos preparando o futuro da educação pública brasileira? Esta é a preocupação de Anísio. A resposta pode se configurar, hoje, com base na busca do legado dessa geração de "pioneiros". O que foi instituído, o que permanece instituinte, o que não vingou?

Para além das descontinuidades educacionais provocadas pelas disputas partidárias, de ontem e de hoje, nós temos, sim, um legado de ricas experiências, inscrito em nossas histórias e em nossas próprias trajetórias profissionais. Mas, para torná-lo visível, é preciso exercitar as memórias que acolhem as nossas preocupações, os nossos sucessos e desilusões. É necessário, também, escrever e disseminar as histórias que nos apresentam soluções criativas, ainda que não conclusivas, para os desafios que ainda permanecem sem solução, no longo percurso da educação pública brasileira.

O relato dessas histórias nos apresenta algumas possibilidades de estruturação do sistema educacional; de organização do trabalho escolar e de adequação do ensino, demonstrando que a padronização e a repetição de modelos pedagógicos podem ser superadas em prol de uma escola viva e ativa, organizada com





criatividade e racionalidade. Estas experiências se apresentam, assim, como um legado instituinte de ideias e ações. Evidenciam, também, o compromisso com o direito à educação e com a democracia.

Os pioneiros compartilharam alguns valores e princípios educacionais comuns e, com base neles, adotaram modelos particulares de organização dos sistemas de ensino e das escolas sob sua supervisão, como vimos anteriormente. Entre as características convergentes, podemos destacar a perspectiva de uma educação integral. A ambição política que animou as experiências pedagógicas protagonizadas por Anísio e Fernando, aqui apresentadas, foi a de oferecer oportunidades educacionais às crianças de camadas populares, organizando a escola — a arquitetura, os programas, os métodos de ensino e a variedade de cursos — de forma a adequá-la às necessidades e possibilidades dos alunos advindos dos setores populares. Verifica-se assim, o entendimento da democracia não só como uma forma de Governo, mas, também, como um princípio básico da vida social (e da organização escolar).

Importa lembrar que o modelo de organização da Escola Parque inspirou a elaboração do Programa Especial de Educação (PEE), por meio do qual Darcy Ribeiro¹⁴ implantou, no Rio de Janeiro dos anos 1980-1990, as escolas de educação integral, isto é, os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps). O PPE gerou forte impacto na educação pública estadual com reflexos em âmbito federal, inclusive influenciando a criação dos Centros Integrados de Atendimento à Criança (CIACS) que, mais tarde, receberam o nome de Centros de Atenção Integral às Crianças (CAICS). A questão da educação integral e da adoção de medidas assistenciais articuladas no interior dos Cieps animou um fervoroso debate sobre o papel da escola pública e os custos pertinentes para sua expansão e manutenção.

Posteriormente, a educação integral permaneceu como retórica política em tempos de eleição, assim como esteve presente em programas e projetos educacionais que ascendem e refluem ao sabor da hegemonia partidária do momento. De qualquer maneira, é certo que sua importância foi reconhecida pelos Governos, ainda que sob a

¹⁴ Quando jovem, o antropólogo Darcy Ribeiro trabalhou junto a Anísio Teixeira e, desde então, ele abraçou definitivamente a causa educacional.



Revista Aleph, Niterói, Julho, 2023, nº 40, p. 17-31 ISSN 1807-6211

forma de programas complementares, como foi o Programa Mais Educação¹⁵ ou, ainda, compondo Projetos de Lei¹⁶.

De resto, muitas experiências ainda merecem ser contadas, a partir do legado dos pioneiros. O conhecimento das práticas e ideias pregressas nos inspiram, hoje, a identificar caminhos e soluções para atuar nesse campo complexo e delicado, que é o campo da educação. Dentre os princípios e ações enfatizados pelos pioneiros, a pesquisa educacional se desenvolveu e se institucionalizou a passos largos. Quase ausente nas instituições escolares de educação básica, a pesquisa educacional ocupou o espaço das universidades públicas, produzindo conhecimentos relevantes para se avaliar a aprendizagem dos alunos, o desempenho dos professores e a eficácia das escolas públicas. Desenvolveu-se, também, no sentido de compor uma racionalidade crítica que esquadrinha os conhecimentos produzidos no campo e produz novos conhecimentos passíveis de contribuir para orientar e redimensionar políticas para o setor, ampliando o campo de reflexão sobre questões candentes da educação contemporânea. Na Universidade também são formulados e desenvolvidos projetos pedagógicos em parceria com as escolas de educação básica, muitas vezes buscando meios de atender às necessidades das crianças de classes populares; de adultos com defasagem na escolarização; daqueles que enfrentam dificuldades de aprendizagem, dentre outras questões.

Houve avanços no que tange à reparação das injustiças sociais, como demonstra a adoção das políticas de ação afirmativa, com destaque para a introdução dos critérios de cotas étnico-raciais, sociais e para pessoas com necessidades especiais para regrar o ingresso no ensino superior. A garantia de permanência e de conclusão do curso, surge, então, como um outro desafio posto à ampliação das oportunidades educacionais (HERINGER, 2018). De qualquer maneira, a inclusão de jovens que até os anos 2000 tinham muito pouca chance de ingressar nas universidades públicas é um

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2273738



¹⁵ Criado em 2007 no âmbito do Ministério da Educação, o Programa Mais Educação teve como meta a ampliação da jornada escolar nas redes estaduais e municipais de ensino para, no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas, oferecidas no contraturno escolar, visando a construção de uma agenda de educação integral. Cf: http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/apresentacao?id=16689

¹⁶ Há, inclusive, um projeto recentemente aprovado no Senado (PL 2.617/2023) que permite à União financiar matrículas em período integral nas escolas de educação básica, por meio de transferências de recursos para estados e municípios.



indicador de que o processo de democratização do acesso à escolarização plena permanece não só como desafio, mas, também, como conquista a ser ampliada.

Por outro lado, ainda há muito o que avançar em relação às condições de trabalho dos professores. A precarização e a intensificação do trabalho docente têm se aprofundado rapidamente nos últimos anos. A democratização do acesso e o reconhecimento das diferenças tem estabelecido complexas exigências pois, raramente as políticas de apoio a estas novas exigências são suficientes, sobrecarregando os professores e, ao mesmo tempo, criando uma insatisfação permanente com os resultados do seu próprio trabalho, já que sem o apoio necessário eles não conseguem atender plenamente à diversidade de demandas que se lhes apresentam, ainda que as reconheçam como legítimas. A precarização das condições laborais dos professores tem se agravado, ainda, com a flexibilização dos contratos de trabalho, enfraquecendo o estatuto profissional docente, conforme demonstrou Oliveira (2004).

Outro aspecto grave, sobre o qual não tem havido respostas eficazes das autoridades governamentais e dos gestores da educação pública contemporânea, tem relação com os efeitos deletérios da violência urbana. No Rio de Janeiro, em particular, a ausência de políticas integradas de segurança pública, assistência social, saúde e educação tem deixado os professores que trabalham em áreas conflagradas por conflitos armados muito estressados e, não raro, com a saúde fragilizada, conforme observamos em estudos anteriores. No entanto, mesmo vivendo situações de insegurança, muitos professores têm consciência da relevância social do papel que eles desempenham na vida de seus alunos, principalmente daqueles mais vulneráveis. A esse respeito, os professores entrevistados pela nossa equipe de pesquisa expressaram a percepção de que a escola pública é uma instituição prenhe de possibilidades para a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática. Demonstram, desse modo, que o alto valor atribuído à escola pública vem sendo atualizado constantemente, de acordo com as demandas do tempo presente e em sintonia com as expectativas de construção do futuro do país.

Referências

AZEVEDO, Fernando de. Novos Caminhos e Novos Fins: a nova política de educação no Brasil, subsídios para uma história de quatro anos. São Paulo, Melhoramentos, 1923.



SOBRE PIONEIROS E MOVIMENTOS INSTITUINTES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

FAVERO, Maria de Lourdes. Anisio Teixeira e a Universidade do Distrito Federal. Revista Brasileira de História da Educação. N° 17, maio/agosto, 2008 (pp. 163-180). https://www.researchgate.net/publication/266594635 Anisio Teixeira e a Universidade do Distrito Federal Acesso em 16/07/2023, 15 h.

FERNANDES, Flávio Sátiro. Revista de Legislação Informativa do Senado Federal, s/d. https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/326/r13701.pdf?sequence=4&isAllowed=v

HERINGER, Rosana. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. Revista Brasileira de Orientação Profissional, 19 (1), jan./jun., 2018 (pp.07-17). http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v19n1/03.pdf Acesso em 18/07/2023, 19h.

NÓVOA, António. Histoire & Comparaison (Essais sur l'Education). Educa, Lisboa, 1998.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. Educação e Sociedade. Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004. https://www.scielo.br/j/es/a/NM7Gfq9ZpjpVcJnsSFdrM3F/?format=pdf&lang=pt Acesso em 17/07/2023, 10:40 h.

TEIXEIRA, Anisio. Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola. 6° edição, Rio de Janeiro, DP&A, 2000 (pp.23-54).
Estado atual da educação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.39, n.89, jan./mar. 1963. p.8-16. http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/ Acesso em 15/07/2023, 10:30 h.
Uma experiência de educação primária integral no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, 38 (87) : 21-33, jul./ set. 1962 (pp.8-16).
Os processos democráticos da educação nos diversos graus do ensino e na vida extraescolar. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 25, n. 62, p. 3-16, abr./jun. 1956. http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/processo.html . Acesso em 16/07/2023, 12:30 h.

Data do envio: 11/04/2023 Data do aceite: 15/09/2023.

